TRABALHO AMBULANTE E ESPACIALIDADES EM ATO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA)

TRABAJO AMBULANTE Y ESPACIALIDADES EN ACTO EN LA TRIPLE FRONTERA (BRASIL, PARAGUAY Y ARGENTINA)

DOI 10.55028/geop.v21i40

Luiz Felipe Rodrigues[*]
Dalila Tavares Garcia[**]

Resumo: Este artigo analisa as práticas socioespaciais do trabalho ambulante na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). De abordagem qualitativa, realiza releitura de dados de um TCC e de uma Dissertação (2015-2019), articulando observações de campo e narrativas de oito interlocutores a dados da CEPAL (2025) e do INE (2025). Propõe uma chave interpretativa das "espacialidades transfronteiriças em ato", evidenciando como corporalidades e práticas ordinárias participam da produção desigual do espaço e como trabalhadores acionam táticas de "contornamento" diante da seletividade normativa. Conclui-se que a fronteira constitui campo de tensões entre controle estatal e práticas ambulantes na produção do espaço transfronteiriço.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira, Trabalho Ambulante, Territórios Transfronteiriços, Corporalidades, Transfronteirização.

Resumen: Este artículo analiza las prácticas socioespaciales del trabajo ambulante en la Triple Frontera (Brasil, Paraguay y Argentina). Con enfoque cualitativo, relee datos de un TCC

Introdução

As dinâmicas contemporâneas das cidades fronteiriças evidenciam a centralidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e sentidos na produção do espaço urbano. Na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, entre Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR), esses fluxos assumem formas intensas e desiguais, marcadas por processos históricos de integração econômica, circulação transnacional e produção de vulnerabilidades sociais. Nesse cenário, o trabalho ambulante emerge como prática constitutiva do cotidiano urbano transfronteiriço, revelando tanto estratégias de sobrevivência quanto disputas pelo uso do espaço público.

[*] Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Professor efetivo de Ensino Fundamental II e Médio – Geografia na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; https://orcid.org/0000-0002-7525-8458; luiz.felipe.r@outlook.com.

[**] Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); https://orcid.org/0009-0004-8856-4210; E-mail: dalila.tavares@hotmail.com.

y una Disertación (2015-2019), articulando observaciones de campo y relatos de ocho interlocutores con datos de la CEPAL (2025) y del INE (2025). Propone una clave interpretativa de las "espacialidades transfronterizas en acto", evidenciando cómo corporalidades y prácticas ordinarias participan en la producción desigual del espacio y cómo trabajadores activan tácticas de "contorneamiento" ante la selectividad normativa. Se concluye que la frontera constituye campo de tensiones entre control estatal y prácticas ambulantes en el espacio transfronterizo.

Palabras-clave: Triple Frontera, Trabajo Ambulante, Territorios Transfronterizos, Corporalidades, Transfronterización.

As três cidades mencionadas, juntamente com os municípios paraguaios de Presidente Franco, Hernandarias e Minga Guazú, constituem um aglomerado urbano transfronteiriço marcado por relações de interdependência e complementaridade (Carneiro, 2016; Moura; Cardoso, 2016). O núcleo urbano conurbado principal soma cerca de 919 mil habitantes, alcançando aproximadamente 989 mil ao se considerar a área de influência microrregional ampliada (Quadro 1). Os dados procedem dos Censos Demográficos oficiais de 2022 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estadística do Paraguai (INE), pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos da Argentina (INDEC) e pelo Instituto Provincial de Estadística y Censos de Misiones/AR (IPEC).

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas socioespaciais de trabalhadores ambulantes na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, articulando as dimensões de corpo, território e fronteira. A pesquisa é guiada pela seguinte questão central: de que maneira as corporalidades em movimento e as práticas ordinárias dos trabalhadores ambulantes produzem espacialidades transfronteiriças próprias e tensionam os dispositivos estatais de ordenamento territorial na Tríplice Fronteira? Parte-se da hipótese de que a fronteira, mais do que um limite político-administrativo ou um dispositivo de controle da mobilidade,

constitui-se também como uma produção corporal e situada do território, na qual as práticas ordinárias de trabalho ambulante não apenas ilustram a fronteira, mas a produzem como realidade socioespacial vivida. Com isso, o manuscrito busca somar-se às abordagens críticas da Geografia e dos Estudos Fronteiriços que tensionam as leituras estritamente macroestruturais da geopolítica ou do comércio formal.

Quadro 1. População dos municípios região transfronteiriça da Tríplice Fronteira (2022)

País	Município/Unidade Territorial	População (Censo 2022)	Fonte Oficial
Brasil	Foz do Iguaçu	285.415	IBGE (2022)
Brasil	Santa Terezinha de Itaipu	24.262	IBGE (2022)
Subtotal Brasil	Área de influência direta	309.677	IBGE (2022)
Paraguai	Ciudad del Este	325.819	INE (2022)
Paraguai	Presidente Franco	88.744	INE (2022)
Paraguai	Hernandarias	83.285	INE (2022)
Paraguai	Minga Guazú	81.072	INE (2022)
Subtotal Paraguai	Gran Ciudad del Este (Metropolitana)	578.920	INE (2022)
Argentina	Puerto Iguazú	54.903	IPEC/INDEC (2022)
Argentina	Departamento Iguazú (inclui Wanda, Esperanza e Libertad)	45.193	IPEC/INDEC (2022)
Subtotal Argentina	Departamento Iguazú	100.096	IPEC/INDEC (2022)
TOTAL GERAL	**Aglomerado Transfronteiriço Ampliado**	**988.693**	**Censos 2022 (BR/PY/AR)**

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IBGE (2022), INE Paraguai (2022) e IPEC/INDEC Argentina (2022).

Empiricamente, a discussão resulta de um percurso investigativo desenvolvido na Tríplice Fronteira, realizando uma releitura teórico-analítica de dados produzidos no âmbito de Trabalho de Conclusão de Curso entre 2015 e 2016 (Rodrigues, 2016), focado nas práticas socioespaciais de trabalhadores ambulantes de nacionalidade paraguaia em Foz do Iguaçu/BR, e de Dissertação de Mestrado entre 2017 e 2019 (Rodrigues, 2019), que ampliou o escopo empírico para as três cidades fronteiriças. Esclarece-se que a contribuição deste artigo avança em duas dimensões: (a) a proposição de uma chave interpretativa das "espacialidades transfronteiriças em ato", aprofundando a discussão de como a escala micro-geográfica do corpo, atravessada por marcadores interseccionais, e as práticas ordinárias do trabalho ambulante participam ativamente da produção do espaço urbano transfronteiriço e (b) a contextualização da permanência da informalidade

na região mediante a articulação com indicadores estatísticos recentes sobre a informalidade, produzidos pela CEPAL (2025) e pelo Instituto Nacional de Estadística do Paraguai (INE, 2025).

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de compreender a fronteira para além de sua dimensão jurídico-política, interpretando-a como espaço vivido, relacional e conflitivo, no qual coexistem múltiplas racionalidades e formas de apropriação do território. Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com os estudos sobre produção desigual do espaço, compreendendo o corpo como dimensão fundamental da produção territorial, uma vez que carrega marcas sociais, históricas e políticas que se expressam na circulação urbana.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo está estruturado em cinco seções adicionais, além desta introdução. A seção seguinte apresenta os Procedimentos Metodológicos, detalhando o desenho da pesquisa e a composição do corpus analítico. Em seguida, aborda-se a relação entre Corpo, território e produção desigual do espaço fronteiriço, articulando a análise empírica a indicadores recentes sobre a informalidade no mercado de trabalho. Na sequência, discutem-se as tensões entre o Território da norma e as territorialidades do trabalho ambulante. Posteriormente, analisa-se o Território social e ambulante, com ênfase nas práticas de resistência, nas relações de solidariedade e na produção da fronteira vivida. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os achados, explicitam as limitações do estudo e apontam caminhos para uma agenda futura de pesquisas.

Procedimentos metodológicos

Para analisar a produção socioespacial do espaço urbano transfronteiriço a partir do trabalho ambulante, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica, fundamentada na articulação entre observação direta, narrativas de campo e análise documental/estatística. Essa escolha metodológica justifica-se pelo fato de a pesquisa qualitativa voltar-se para a compreensão dos significados, ações e relações sociais cotidianas que constituem a realidade vivida pelos sujeitos, os quais não se reduzem à operacionalização de variáveis numéricas (Minayo, 2015, p. 21-22).

O trabalho de campo foi construído ao longo de duas etapas principais na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A primeira (2015–2016), desenvolvida no âmbito de pesquisa de Graduação (Rodrigues, 2016), focou nos deslocamentos pendulares de trabalhadores ambulantes entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, atuando como fase exploratória para o mapeamento dos fluxos urbanos, identificação dos nós de circulação e familiarização com o cotidiano do

trabalho de rua. A segunda etapa (2017–2019), vinculada à pesquisa de Mestrado (Rodrigues, 2019), ampliou o escopo empírico para uma abordagem trinacional abrangendo Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). As observações diretas concentraram-se em pontos estratégicos de intensa circulação de pessoas e mercadorias, tais como: a região da Ponte Internacional da Amizade, o Microcentro de Ciudad del Este, os corredores comerciais e turísticos de Foz do Iguaçu (Avenida Brasil, Avenida JK, Avenida das Cataratas e Terminal de Transporte Urbano) e as vias centrais e a Feirinha em Puerto Iguazú.

A produção dos dados empíricos fundamentou-se no trabalho de campo e no registro sistemático em diário de campo (Cruz Neto, 2015). Nesse processo, adotaram-se três procedimentos qualitativos complementares: (a) Observação direta: realizada nos pontos de maior circulação, focando nas dinâmicas de abordagem, tempos de semáforo, estratégias de desvio da fiscalização e uso das corporalidades; (b) Conversas informais: diálogos espontâneos e não estruturados travados no ritmo do trabalho de rua, permitindo captar reações imediatas e a atmosfera do cotidiano sem interromper a atividade laboral; e (c) Entrevistas semiestruturadas: conduzidas a partir de um roteiro flexível estruturado em eixos temáticos (trajetória de vida e trabalho, práticas de mobilidade fronteiriça, marcadores corporais e relação com os órgãos de fiscalização). Quando consentido pelos interlocutores, as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra para análise.

Enquanto a etapa de Graduação forneceu o subsídio observacional e o acervo de diário de campo indispensável para a análise do percurso investigativo, as narrativas e relatos analisados no artigo provêm exclusivamente da etapa de Mestrado. Essa opção metodológica justifica-se pelo fato de o campo de Mestrado ter sido estruturado a partir de um instrumento de pesquisa padronizado e com alcance trinacional. Nesse âmbito, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas em profundidade, das quais se selecionaram intencionalmente 8 narrativas centrais para compor o corpus analítico do trabalho. A seleção atendeu a três critérios de inclusão e diversificação: (a) Diversidade de nacionalidades e mobilidades: presença de trabalhadores brasileiros, paraguaios, argentinos e imigrantes (senegaleses); (b) Diversidade de mercadorias e práticas: comercialização de alimentos, eletrônicos, vestuário, artesanato e serviços de transporte/intermediação; e (c) Densidade analítica: capacidade dos relatos em revelar a interseção entre corporalidades (gênero, raça, idade) e espacialidades transfronteiriças constituídas pelo tensionamento entre o "território da norma" e o "território ambulante".

Os cuidados éticos da pesquisa pautaram-se pelo compromisso com a proteção dos interlocutores no contexto da informalidade laboral. Dado o caráter

espontâneo das aproximações em espaço público, adotou-se o consentimento informado na modalidade verbal, esclarecendo previamente aos trabalhadores os fins estritamente acadêmicos da investigação e a voluntariedade de sua participação. Para resguardar a identidade dos sujeitos e evitar qualquer tipo de exposição ou risco no exercício de suas atividades, todos os interlocutores são identificados exclusivamente por nomes fictícios. O Quadro 2 sintetiza a caracterização dos interlocutores que integram o corpus analítico da pesquisa:

Quadro 2. Caracterização do *corpus* analítico de interlocutores de campo

Nome Fictício	Nacionalidade	Idade	Local Principal de Atuação	Mercadoria / Atividade
Carlão	Paraguaia	39 anos	Microcentro (Ciudad del Este) e Transporte transfronteiriço	Mercadorias variadas e transporte em van ("pirua")
Júlio	Paraguaia	25 anos	Ciudad del Este e Foz do Iguaçu	Antigo carregador; vendedor e *pasero*
Raimunda	Brasileira	53 anos	Terminal de Transporte Urbano (Foz do Iguaçu)	Panos de prato
Alice	Paraguaia	26 anos	Travessia Rio Paraná / Puerto Iguazú	Frutas e verduras
Aline	Paraguaia	20 anos	Travessia Rio Paraná / Puerto Iguazú	Frutas e verduras
Vanda	Brasileira	52 anos	Terminal de Transporte Urbano (Foz do Iguaçu)	Doces de amendoim
Amadou	Senegalesa	45 anos	Vias centrais de Puerto Iguazú	Bijuterias e acessórios
Vilma	Argentina	43 anos	Feirinha / Vias de Puerto Iguazú	Artesanato em pedras semipreciosas (Wanda/AR)

Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa de mestrado (Rodrigues, 2019), a partir de trabalho de campo realizado em 2018.

A análise do material empírico foi inspirada nos procedimentos da interpretação etnográfica (Geertz, 1989), da abordagem qualitativa (Minayo, 2015) e da análise temática de conteúdo (Bardin, 2016; Gomes, 2015). A operacionalização pautou-se nas três fases fundamentais da análise de conteúdo, descritas por Bardin (2016, p. 125): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados/inferência. Nessa perspectiva, desdobrou-se no seguinte roteiro: (a) ordenação dos dados, com a transcrição de áudios, sistematização dos relatos e organização do diário de campo; (b) classificação dos dados em núcleos de sentido e categorias analíticas (descritos a seguir); e (c) análise final e articulação com o referencial teórico (Gomes, 2015). A partir desse roteiro operacional, o material empírico foi classificado em dois eixos organizadores: (I) o território da norma

(mecanismos de fiscalização, apreensão e seletividade estatal) e (II) o território social e ambulante (redes de solidariedade, táticas de mobilidade e apropriação do espaço). Os eixos não pretendem criar um binarismo analítico, uma vez que se compreende que, na produção socioespacial cotidiana da Tríplice Fronteira, suas inter-relações são complexas e marcadas por limites porosos, ambiguidades e negociações.

Por fim, do ponto de vista temporal, esclarece-se que os dados empíricos qualitativos foram produzidos entre 2015 e 2019. A atualidade da discussão é contextualizada pela articulação dos achados de campo com indicadores estatísticos oficiais mais recentes da CEPAL (2025) e do Instituto Nacional de Estadística do Paraguai (INE, 2025). Essa articulação permite situar os achados de campo diante da persistência da informalidade no mercado de trabalho paraguaio, indicando que sua elevada incidência, em comparação com a Argentina e o Brasil, não se restringe ao período em que o campo foi realizado, mas permanece como dimensão relevante da estrutura ocupacional do país. Nesse sentido, os indicadores contribuem para contextualizar os achados qualitativos diante de condições mais amplas de reprodução do trabalho informal, que permanecem relacionadas às dinâmicas desiguais de reprodução social no espaço transfronteiriço e constituem um desafio para as políticas públicas nas cidades fronteiriças.

Corpo, território e produção desigual do espaço fronteiriço

A análise das dinâmicas socioespaciais na Tríplice Fronteira requer a compreensão do território como produção histórica e relacional, atravessada por desigualdades estruturais. Conforme Xavier (2018, p. 516), o território constitui-se como um conjunto de lugares distintos e desiguais articulados entre si, em relação direta com a formação socioespacial e com a divisão social do trabalho, o que implica reconhecer sua natureza como expressão material e contraditória da sociedade.

Orientando-se pela interpretação etnográfica e pelo detalhamento da descrição densa realizada nas pesquisas de campo (Geertz, 1989), a apreensão do cotidiano do trabalho de rua nas cidades da Tríplice Fronteira revela que o espaço urbano transfronteiriço não é mero suporte de fluxos, mas um campo de produção de desigualdades que se inscrevem nas práticas cotidianas e nas corporalidades dos sujeitos. Essa perspectiva justifica a leitura atenta dos gestos, das disputas pelo espaço, das abordagens e dos significados corporais como estruturas de significação que produzem o território transfronteiriço. A observação do trabalho ambulante revela que tais desigualdades não se expressam apenas em termos econômicos, mas também por marcadores sociais que estruturam o acesso diferenciado ao espaço urbano e às oportunidades de trabalho na fronteira.

Essa leitura permite compreender o corpo como dimensão constitutiva do território. Como afirmam Silva e Ornat (2016, p. 62), "o corpo jamais pode ser compreendido fora de um determinado espaço e tempo, ele é móvel, fluido, ativo e sua materialidade está em eterna negociação com a exterioridade e, nesse sentido, o corpo é sempre posicionado socialmente e geograficamente". Sob essa ótica, o espaço é continuamente produzido por sujeitos corporificados em movimento, e não apenas ocupado por eles.

As corporalidades dos trabalhadores ambulantes evidenciam a interseção entre raça, gênero, classe, nacionalidade e idade como dimensões constitutivas da produção do espaço na fronteira. Entre os sujeitos observados em campo, identificam-se corpos marcados por processos históricos de racialização e subalternização: a população negra entre ambulantes brasileiros, sujeitos com traços indígenas entre paraguaios, a presença significativa de mulheres e pessoas mais velhas, e as relações de poder produzidas entre nacionalidades, como na inferiorização dos paraguaios em relação aos brasileiros, indicando a persistência de hierarquias socioespaciais construídas e naturalizadas historicamente no espaço transfronteiriço.

Essas diferenças tornam-se visíveis também nas formas de ocupação e circulação pelo espaço urbano. Em diferentes momentos do trabalho de campo, observou-se a presença de mulheres indígenas com crianças no colo pedindo esmolas, evidenciando a sobreposição entre vulnerabilidade social e circulação urbana regulada por fluxos rápidos e desiguais. Na Avenida Brasil, convivem grandes redes varejistas, vendedores ambulantes paraguaios e imigrantes, como os senegaleses, que circulam entre lojas, calçadas e entradas de estabelecimentos. A presença de trabalhadores de diferentes nacionalidades evidencia a centralidade da fronteira como dispositivo econômico e a existência de diferentes formas de inserção corporal e social no espaço urbano transfronteiriço.

A presença significativa de pessoas de idade mais avançada, jovens, mulheres e imigrantes no trabalho ambulante reforça a dimensão estrutural da precarização do trabalho na fronteira. Em diálogo com Antunes (2009, p. 112), observa-se que o capitalismo contemporâneo amplia processos de exclusão tanto de jovens quanto de trabalhadores considerados "velhos", intensificando a informalidade como estratégia possível de sobrevivência diante do desemprego estrutural e dos baixos salários no oferecidos por empregadores formais. No caso das mulheres, o trabalho ambulante articula-se frequentemente à necessidade de flexibilidade frente às responsabilidades de cuidado da casa e dos filhos, enquanto imigrantes enfrentam barreiras linguísticas, raciais e institucionais que condicionam sua inserção no mercado de trabalho.

A trajetória de Vanda (brasileira, 52 anos, vendedora de doces de amendoim no Terminal de Transporte Urbano de Foz do Iguaçu/BR) revela como as relações entre corpo, trabalho e território são profundamente incorporadas. Vanda articula múltiplas atividades: produção de alimentos, trabalho doméstico e circulação diária pelo terminal. Sua rotina expressa a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, evidenciando uma dupla (ou tripla) jornada que estrutura a vida de muitas mulheres ambulantes na fronteira. A escolha dos ingredientes e insumos também revela a dimensão transfronteiriça da economia cotidiana: o amendoim utilizado na produção dos doces é adquirido no Paraguai devido ao preço mais acessível, o que demonstra como a fronteira é acionada como recurso econômico concreto, mesmo quando o deslocamento transfronteiriço não ocorre para realizar diretamente a venda. Em sua narrativa, Vanda destaca o valor da autonomia proporcionada pelo trabalho ambulante, especialmente diante das exigências familiares e da necessidade de cuidado com filhos. O terminal aparece como espaço estratégico por reunir fluxo de pessoas, sombra e infraestrutura mínima, como banheiro, água e banco para descansar.

Os processos de estigmatização observados na fronteira também evidenciam como determinados corpos e nacionalidades são socialmente diferenciados. Observou-se a produção de estigmas e desconfianças particularmente em relação aos ambulantes paraguaios, frequentemente associados a práticas ilícitas. Júlio (paraguaio, 25 anos, ex-carregador, vendedor e *pasero* – que transporta a mercadoria de um lado ao outro da fronteira – em Ciudad del Este/PY), relatou durante entrevista que, em Foz do Iguaçu, foi chamado por diversas vezes de "*chiru*", palavra utilizada de forma depreciativa em relação aos paraguaios. Essa percepção está ligada a processos históricos de hierarquização e inferiorização nas relações entre brasileiros e paraguaios, que se intensificam no contexto transfronteiriço e produzem leituras sociais marcadas por preconceito e suspeição (Albuquerque, 2010).

Essa dinâmica, contudo, não se limita às relações entre brasileiros e paraguaios. Em Puerto Iguazú, durante interlocução de campo com Amadou (senegalês, 45 anos, vendedor de bijuterias e acessórios nas vias centrais de Puerto Iguazú/AR), uma transeunte argentina interrompeu a conversa afirmando que migrantes como ele estariam *"invadindo o país"* e retirando oportunidades dos nacionais. O episódio evidencia como determinados corpos e nacionalidades tornam-se alvos privilegiados de discursos discriminatórios e de exclusão, revelando que as fronteiras sociais e simbólicas podem ser tão significativas quanto as fronteiras político-territoriais (Cardin, 2022; Silva; Ornat, 2016). Nesse contexto, a mobilidade internacional não elimina processos de diferenciação, mas frequentemente produz novas formas de estigmatização e hierarquização social.

Entre os trabalhadores ambulantes observados durante o trabalho de campo, destacou-se a presença de paraguaios e, particularmente, de trajetórias marcadas pela circulação entre os três países da Tríplice Fronteira. A particularidade identificada entre os trabalhadores paraguaios reside no fato de que, no corpus analisado, foram eles que atravessaram as fronteiras nacionais para exercer diretamente a atividade ambulante no outro país, movimento que não foi observado entre os trabalhadores brasileiros e argentinos entrevistados. Essa distinção não significa, contudo, que a dimensão transfronteiriça estivesse ausente das demais trajetórias, uma vez que trabalhadores brasileiros e argentinos também mobilizavam a circulação fronteiriça em suas estratégias de trabalho, seja pela aquisição de insumos e mercadorias, seja pela apropriação dos fluxos turísticos. A diferença reside, portanto, na forma de inserção laboral: entre os interlocutores analisados, somente os trabalhadores paraguaios atravessavam a fronteira para exercer diretamente a atividade ambulante em outro país.

A presença mais recorrente de trabalhadores ambulantes paraguaios observada no campo pode ser situada no contexto mais amplo das assimetrias dos mercados de trabalho da Tríplice Fronteira. Dados apresentados pela CEPAL (2025), referentes ao ano-base de 2023, indicavam uma taxa de ocupação informal de 36,3% na Argentina, 39,1% no Brasil e 62,2% no Paraguai (Araneda, Ruelas e Gálvez, 2025, p. 36). No cenário paraguaio, indicadores INE (2025) aprofundam essa caracterização, demonstrando a permanência estrutural da informalidade (não agrícola) no país: 65,0% em 2015, 63,6% em 2019 e 62,5% em 2024. Em 2024, 8 entre 10 pessoas ocupadas em empregos não agrícolas no Paraguai eram informais, com destaque para as mulheres (64,8% em comparação com 60,6% dos homens).

Tais indicadores estatísticos não são utilizados para estabelecer uma causalidade mecânica direta com os relatos empíricos, mas para fornecer o pano de fundo macroestrutural do mercado de trabalho paraguaio. Nesse sentido, permitem contextualizar o achado empírico de campo, evidenciando que a elevada incidência da informalidade não constitui fenômeno episódico do período em que a pesquisa foi realizada, mas uma dimensão persistente que continua a tensionar as dinâmicas desiguais de reprodução social no espaço transfronteiriço e a colocar desafios para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas às cidades fronteiriças.

O corpo, contudo, não é apenas lugar onde as desigualdades são inscritas; ele também constitui meio de circulação, expressão e produção de territorialidades. Torna-se, assim, meio de circulação de sentidos e narrativas: os objetos carregam geografias vividas, e os vendedores produzem uma relação direta entre experiência espacial e trabalho. Essa articulação é particularmente evidente na circulação

de mercadorias e símbolos na fronteira, onde objetos assumem significados que ultrapassam sua dimensão estritamente econômica. Produtos como chipa, tereré, ervas, alimentos e mercadorias industrializadas circulam não apenas como bens de consumo, mas como portadores de sentidos culturais, afetivos e identitários, produzindo uma espacialidade híbrida e transfronteiriça da vida cotidiana.

Conforme observado no campo, esses elementos não apenas circulam, mas constituem uma geografia incorporada da fronteira, na qual sabores, cheiros e práticas cotidianas produzem territorialidades vividas. A chipa e o tereré, por exemplo, atravessam constantemente a fronteira e constituem marcadores culturais que conectam Paraguai e Brasil no cotidiano urbano de Foz do Iguaçu.

A circulação de mercadorias na fronteira também envolve a circulação de identidades, memórias e pertencimentos. Em Puerto Iguazú, observou-se a presença recorrente de ambulantes indígenas Maká provenientes de Ciudad del Este, no Paraguai, comercializando artesanatos em áreas de intenso fluxo turístico. Os próprios vendedores relataram integrar grupos familiares que se revezam entre diferentes cidades da Tríplice Fronteira, organizando estratégias de mobilidade voltadas à comercialização de seus produtos. A presença simultânea desses artesãos em Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este evidencia que a circulação transfronteiriça não envolve apenas mercadorias, mas também saberes, práticas culturais e formas específicas de territorialização indígena que atravessam os limites nacionais.

Nesse processo, a fronteira configura-se como espaço vivido, relacional e contraditório. Como apontam Silva e Ornat (2016, p. 63-64), os corpos não são passivos diante das significações socialmente construídas, mas estão em constante negociação com outros espaços, sendo simultaneamente produtores e produtos das relações espaciais que os atravessam. Essa perspectiva permite compreender que o território social e ambulante é também um território-corpo, no qual a mobilidade dos sujeitos e objetos produz espacialidades específicas e continuamente reconfiguradas. Como observa Goettert (2013, p. 208-209), em processos de mobilidade "a própria condição territorial também se movimenta", indicando que o território não é apenas cenário da ação, mas meio e resultado dela.

Desse modo, a análise das corporalidades no trabalho ambulante permite compreender que a produção do espaço transfronteiriço não é apenas efeito de estruturas econômicas ou institucionais, mas resultado de práticas corporificadas que articulam seletivamente mobilidade e desigualdade. O corpo emerge, assim, como operador central da produção territorial na fronteira.

O território da norma e as territorialidades do trabalho ambulante na Tríplice Fronteira

A partir da análise temática de conteúdo e da ordenação do material empírico em categorias analíticas (Gomes, 2015; Bardin, 2016), as narrativas e registros de campo revelam uma tensão estrutural entre duas racionalidades de ordenamento territorial na Tríplice Fronteira. De um lado, opera o que pode ser compreendido como território da norma, estruturado por dispositivos estatais de controle e regulação do espaço. De outro, emergem práticas sociais que escapam parcialmente a essa racionalização, produzindo formas de apropriação do urbano transfronteiriço que não se adequam plenamente aos parâmetros institucionais dos Estados nacionais. Nessa perspectiva, a racionalidade normativa estatal não deve ser compreendida apenas como um aparato jurídico-administrativo, mas como uma racionalidade espacial que organiza fluxos, define usos legítimos do espaço e estabelece hierarquias de mobilidade.

Conforme Xavier (2018, p. 518), trata-se de "modernizações seletivas levadas a cabo pelo Estado e pelos capitais financeiro, industrial, mercantil e fundiário, segundo uma racionalidade tecnocrática e economicista aplicada desde meados do século XX", produzindo simultaneamente espaços modernos e abastados e espaços de pobreza e vulnerabilidade. Essa lógica se materializa de forma particularmente evidente nas cidades fronteiriças, onde a presença estatal se expressa por meio de mecanismos de vigilância, fiscalização e ordenamento do espaço urbano.

O trabalho ambulante, nesse âmbito, é frequentemente enquadrado como prática irregular ou informal, sendo objeto de controle, deslocamento ou repressão, especialmente em áreas de maior valorização econômica e turística. Dessa maneira, "a articulação entre capital e trabalho se processa como parte de um desenvolvimento desigual e combinado que se apresenta sempre, como em espaço de fronteira, como condição espacial de relações socioespaciais também desiguais e combinadas" (Goettert, 2013, p. 213).

Com efeito, esses dispositivos institucionais de regulação, em sua relação com a condição fronteiriça, também produzem regimes de visibilidade e invisibilidade que organizam quem pode ou não ocupar determinados espaços. A fronteira, em termos analíticos, não se apresenta como ausência de Estado, mas como sua intensificação seletiva. Conforme Haesbaert (2017, p. 23), a organização espacial moderna articula simultaneamente estímulos e restrições à mobilidade, integrando o território por meio de redes técnicas enquanto delimita rigidamente suas fronteiras de controle. Assim, a mobilidade dos sujeitos é permanentemente condicionada por tais dispositivos que regulam acessos, permanências e deslocamentos no espaço urbano transfronteiriço.

A materialização do território da norma no espaço transfronteiriço não opera por um controle estatal absoluto, mas por meio de racionalidades seletivas, descontinuidades e momentos de fiscalização. Em vez de produzir uma imobilização total, a presença dos dispositivos estatais estimula aquilo que Haesbaert (2017) conceitua como práticas de 'contornamento', nas quais os trabalhadores desenvolvem táticas cotidianas para desviar, esquivar-se ou ultrapassar os limites e restrições impostos pela ordem normativa.

Essas condições estruturais tornam-se visíveis no cotidiano do Microcentro de Ciudad del Este, área submetida a um regime de administração especial no município por se configurar como epicentro do turismo de compras da cidade, reunindo shoppings e estabelecimentos especializados na venda de produtos importados voltados a compradores brasileiros. Nessa área de intensa circulação, o trabalho ambulante não apenas ocupa o espaço, mas o produz continuamente por meio de uma intensa circulação de mercadorias, corpos e sentidos. As ruas são atravessadas por vendedores oferecendo desde alimentos (frutas, ovos, bebidas, batata enlatada, alfajor, erva para tereré) até mercadorias eletrônicas e vestuário popular.

Nas imediações da aduana paraguaia e dos centros de compras, a produção do espaço informal revela a coexistência entre o trabalho ambulante e os agentes do controle estatal: vendedores idosos com carrinhos de mão e caixas de isopor comercializando bebidas, chipa e batatas enlatadas atuam em contiguidade direta aos postos de fiscalização, onde ambulantes, mototaxistas, fiscais municipais e policiais paraguaios compartilham os mesmos pontos de sombra e circulação. Longe de uma oposição puramente repressiva, a norma estatal materializa-se em arranjos cotidianos de tolerância e convivência espacial, nos quais os limites da permanência na rua são continuamente negociados entre as práticas de controle e as estratégias dos trabalhadores ambulantes.

O contraste entre os grandes empreendimentos comerciais (como os shoppings Monalisa e Paris em Ciudad del Este), os pontos turísticos e os trabalhadores ambulantes que operam em suas bordas evidencia, empiricamente, a coexistência de diferentes regimes de visibilidade. Nas entradas dos shopping centers, a climatização artificial e os aromas de perfumes contrastam com a rua quente, atravessada por odores, sons e movimentos intensos de negociação e disputa do espaço. Tais espacialidades configuram uma urbanidade de fronteira na qual economia formal e informal constituem circuitos complementares da economia urbana (Santos, 1979). Ao mesmo tempo, dispositivos formais de controle, como placas que proíbem a permanência de ambulantes em shoppings, praças, terminais e pontos turísticos (Figura 1), convivem com a ocupação cotidiana dos espaços, demonstrando a seletividade da regulação estatal.

Figura 1. Placas de proibição de permanência de vendedores ambulantes no Microcentro de Ciudad del Este (PY) e em Foz do Iguaçu (BR)



Fonte: Rodrigues (2019).

A observação empírica revela como esse jogo entre controle e contornamento se espacializa nos locais investigados: em Ciudad del Este, a proibição manifesta-se em sinalizações pontuais na entrada de shoppings, galerias, camelódromos e na Ponte da Amizade; em Foz do Iguaçu, além das placas visíveis (como Terminal e em pontos turísticos), a fiscalização de posturas atua de forma intermitente, permitindo que os ambulantes contornem a vigilância e garantam sua permanência nos semáforos e corredores centrais; por sua vez, na Argentina, o rigor estatal evidencia-se na aduana terrestre de Puerto Iguazú, onde a exigência documental e a inspeção de mercadorias são mais ostensivas, ao passo que, no espaço urbano, a seletividade da regulação produz diferentes condições de permanência e circulação para ambulantes paraguaios, imigrantes internacionais e indígenas.

As dinâmicas do território da norma tornam-se ainda mais evidentes no centro urbano de Foz do Iguaçu, nos eixos viários principais e na proximidade pontos turísticos. Nesses corredores, controle e informalidade coexistem de forma permanente: a travessia entre veículos, os gestos de oferta e a disputa pelo tempo

do semáforo revelam uma economia de urgência, na qual a intensificação dos fluxos cria oportunidades de sobrevivência e disputa por visibilidade.

No entorno das Cataratas do Iguaçu, a presença de ambulantes entre veículos e turistas revela a articulação entre os fluxos turísticos e a economia informal local. A venda de água, capas de chuva, protetores de celular, repelentes e óculos de sol expressa a adaptação dos trabalhadores às demandas da circulação lenta dos veículos e da concentração temporária de visitantes. Nesse espaço, camelôs sob guarda-sóis improvisados, idosos, mulheres com crianças e jovens em circulação contínua revelam formas de territorialização marcadas pela adaptação permanente às instabilidades dos fluxos.

Nesses pontos estratégicos, como nos semáforos do Terminal e da Avenida JK, nas proximidades da Avenida República Argentina, pontos de ônibus e locais com grande fluxo comercial, é recorrente a atuação de ambulantes (em sua maioria de origem paraguaia) que atravessam diariamente a fronteira para comercializar alho, amendoim, chipa, vestuário e artigos de consumo imediato. Essa concentração não é aleatória, mas articula-se diretamente à busca por pontos de sombra, fluxo constante de passageiros e maiores possibilidades de abordagem da clientela.

Os produtos comercializados variam entre alimentos, como alho, chipa, doces e frutas, e mercadorias industrializadas de baixo custo, como óculos, relógios, eletrônicos, cintos e DVDs. Essa diversidade revela uma economia urbana profundamente híbrida, na qual formalidade e informalidade não se opõem rigidamente, mas se entrelaçam de forma estrutural. O trabalho ambulante nesse cenário também se estrutura a partir de redes de circulação de mercadorias, muitas vezes adquiridas em um país e revendidas em outro, o que reforça a lógica de um circuito econômico transfronteiriço configurado pela condição de fronteira.

Assim, a presença dos ambulantes é atravessada por distintas formas de reconhecimento e rejeição social. Parte da população percebe o trabalho ambulante de forma aceitável, associando-o a um "trunfo" do trabalho e da economia popular e à oferta de produtos acessíveis. No entanto, também há rejeições, especialmente em função da concorrência com o comércio formal, marcada por diferenças de preços e por distintas formas de regulação do acesso ao consumo.

Nos percursos realizados em campo, observou-se também a presença de trabalhadores ambulantes na Ponte da Amizade que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, seja realizando a travessia entre Brasil e Paraguai, seja fixando-se temporariamente na própria ponte na tentativa de aproveitar o fluxo intenso de pessoas. Em uma das ocasiões, flagrou-se uma vendedora ambulante sendo abordada por

um policial paraguaio. Esses espaços revelam a cidade e o espaço da fronteira como um campo de forças no qual o território da norma não elimina a presença do trabalho ambulante, mas o regula de forma seletiva. Em vez de uma simples "redistribuição" automática para zonas de maior fluxo, observa-se que a ocupação dos espaços pelos ambulantes ocorre de maneira intermitente, variando conforme a intensidade da fiscalização e da circulação de pessoas, manifestando-se em territorialidades movediças, mais ou menos fixas, dependendo da situação. Nesse contexto, os trabalhadores desenvolvem estratégias cotidianas de circulação e permanência, buscando escapar da ação dos agentes de controle urbano/fronteiriço e garantir sua sobrevivência econômica.

Essa relação entre mobilidade, circulação e controle, observada nos diferentes espaços de atuação dos ambulantes, também se evidencia na trajetória de Júlio, citado na seção anterior. Antes de atuar nas ruas de Ciudad del Este, ele trabalhou por sete anos como carregador em lojas comerciais, abandonando a função pelos baixos rendimentos. Ainda criança, vendia CDs no lado brasileiro e, posteriormente, passou a comercializar no Paraguai após enfrentar problemas com o Conselho Tutelar. Em outro momento, trabalhou como *pasero*, transportando mercadorias de compradores brasileiros entre os dois lados da fronteira. Ao sintetizar sua relação com a fronteira, afirmou: *"Las fronteras son muy importantes porque se compra acá y se necesita pasar las mercadorías, y con eso las personas pueden trabajar"*. Sua trajetória evidencia que a circulação dos trabalhadores e das mercadorias constitui uma das bases do funcionamento cotidiano da fronteira, mas não ocorre de maneira livre ou homogênea. Em sua experiência como trabalhador ambulante, Júlio também descreveu situações de repressão policial em Foz do Iguaçu: *"Tiram toda a mercadoria y pasan con trator em cima. Já me agrediram com palavras"*. O relato evidencia que a mobilidade que possibilita aos ambulantes acessar diferentes mercados e oportunidades de trabalho também os expõe a formas desiguais de controle territorial, que podem restringir sua atuação, produzir deslocamentos e ampliar situações de vulnerabilidade.

A experiência de Raimunda (brasileira, 53 anos, vendedora de panos de prato no Terminal de Transporte Urbano de Foz do Iguaçu/BR) permite aprofundar a compreensão do território da norma como prática vivida. Raimunda vende panos de prato e organiza sua atividade a partir de estratégias próprias de circulação e permanência no espaço urbano. Sua trajetória revela a centralidade do terminal como lugar de fluxo constante, onde sombra, água e circulação de pessoas constituem condições fundamentais para o trabalho ambulante.

Em sua narrativa, a fronteira aparece como espaço de oportunidade econômica, mas também como campo de conflito com o Estado e com o comércio formal.

Ao afirmar que *"a aduana é uma farsa"*, Raimunda expressa uma crítica direta às formas seletivas de controle estatal, indicando que o sistema de fiscalização opera de maneira desigual, atingindo mais fortemente pequenos trabalhadores do que grandes fluxos ilegais. Sua fala também evidencia a percepção de que os custos de circulação e os impostos estruturam desigualdades que atingem diretamente os trabalhadores informais, ao mesmo tempo em que grandes circuitos de mercadorias conseguem atravessar a fronteira com maior facilidade.

Além disso, sua experiência revela a sobreposição entre trabalho, gênero e violência, indicando que o corpo da trabalhadora é simultaneamente espaço de resistência e de exposição a múltiplas formas de conflito. Nesse sentido, o território da norma não se limita à regulação do espaço, mas constitui uma racionalidade de produção da desigualdade, na medida em que organiza seletivamente a mobilidade e a permanência de corpos e práticas no espaço urbano transfronteiriço.

Território social e ambulante: resistência, vida cotidiana e produção da fronteira vivida

Em contraposição à racionalidade estatal de ordenamento do espaço, o território social e ambulante constitui-se a partir de práticas cotidianas de sobrevivência e reinvenção do urbano transfronteiriço. Longe de uma simples reação passiva à regulação normativa, os trabalhadores ativam táticas de contornamento (Haesbaert, 2017) e redes interpessoais de solidariedade para garantir sua reprodução social e econômica. A fronteira, nessa perspectiva, é incorporada como recurso estratégico vivido (Goettert, 2011), no qual diferenças cambiais, fluxos turísticos e descontinuidades fiscais entre as cidades são cotidianamente apropriados na dinâmica do trabalho de rua.

As assimetrias normativas, as diferenças cambiais, as complementaridades econômicas e os distintos níveis de desenvolvimento entre Brasil, Paraguai e Argentina criam condições estruturais que favorecem a expansão dos circuitos informais de trabalho (Steiman; Machado, 2002; Goettert, 2017). Segundo Moura e Cardoso (2016, p. 215), "[...] vários são os exemplos dos trabalhadores que estabelecem fluxo diário ou regular entre as cidades que codividem a linha de fronteira, e muitos são trabalhadores sem garantia trabalhista ou de cidadania, indocumentados". Longe de ser apenas um obstáculo à circulação, a linha internacional é cotidianamente acionada pelos sujeitos como recurso estratégico de reprodução social, no qual as disparidades entre os territórios nacionais são convertidas em oportunidades de trabalho de rua.

Essa dinâmica revela-se no percurso de Carlão (paraguaio, 39 anos, vendedor ambulante e condutor de transporte transfronteiriço em Ciudad del Este/PY), que

atuava há 15 anos no Microcentro organizando suas atividades a partir dos fluxos cotidianos. Carlão relatou manter uma clientela recorrente, baseada em relações de confiança, inclusive com clientes que encomendavam mercadorias e realizavam pagamentos antecipados. Além da venda, sua atuação envolvia o transporte de pessoas e mercadorias entre Paraguai e Brasil em uma van (meio de transporte popularmente conhecido na fronteira como "pirua"). Sua narrativa evidencia que a mobilidade constitui um recurso por meio do qual os trabalhadores articulam suas atividades à intensidade dos fluxos fronteiriços, combinando venda, transporte, relações de confiança e conhecimento prático do território.

A narrativa de Carlão sintetiza outra dimensão dessa dinâmica ao afirmar: "*o Paraguai compra as mercadorias e aí vem o brasileiro e passa pra outro lado*". Sua fala evidencia a existência de circuitos de circulação de mercadorias que articulam diferentes posições na economia transfronteiriça, aproximando produção, compra, transporte e revenda. O território ambulante, portanto, não se constitui somente nos pontos onde a venda ocorre, mas também nos percursos, nas redes e nas relações econômicas que conectam diferentes espaços da fronteira.

Essa mobilidade pautada pelos diferenciais fronteiriços revela-se na prática de Alice (paraguaia, 26 anos) e Aline (paraguaia, 20 anos), moradoras de Presidente Franco/PY, que atravessavam o rio Paraná de bote três vezes por semana para vender frutas e verduras em Puerto Iguazú/AR. As mercadorias, compradas no Mercado de Abasto em Ciudad del Este, eram revendidas a consumidores argentinos, em uma estratégia motivada pela constatação de Alice: *"acá hay más venta que en Paraguay"*, evidenciando como as assimetrias econômicas são incorporadas ao trabalho ambulante. A circulação, nesse caso, não constitui apenas deslocamento entre lugares de origem e destino, mas uma prática econômica orientada pelas diferenças territoriais e pelas possibilidades de venda existentes em cada lado da fronteira.

Na Vila Portes, em Foz do Iguaçu, localizada nas proximidades da Ponte da Amizade, observa-se uma das expressões mais densas da circulação transfronteiriça. Trata-se de um bairro marcado por comércio atacadista e varejista fortemente orientado ao consumo de pequenos comerciantes paraguaios, o que confere ao espaço uma configuração territorial profundamente atravessada pela dinâmica da fronteira. A presença de placas, mercadorias e comunicações em português e espanhol evidencia uma dupla inscrição territorial da economia local, na qual a fronteira opera como condição estruturante da organização espacial. Caminhões, vans e veículos paraguaios coexistem com comerciantes brasileiros, revelando a densidade e a regularidade dos fluxos transfronteiriços. Nesse espaço, observa-se inclusive a atuação de trabalhadoras e trabalhadores paraguaios voltados ao

atendimento do público, o que reforça a especialização funcional do bairro dentro do circuito econômico fronteiriço.

No comércio ambulante, destacam-se a venda de raízes e ervas medicinais *in natura* utilizadas no preparo do tereré (bebida amplamente consumida no Paraguai), atividade que dificilmente é encontrada com a mesma intensidade em outras áreas de Foz do Iguaçu. Esse elemento evidencia não apenas fluxos econômicos, mas também a circulação de práticas culturais e alimentares que atravessam a fronteira e constituem uma territorialidade com forte presença paraguaia em território brasileiro.

As práticas ambulantes revelam, assim, a produção de um espaço urbano marcado por múltiplas lógicas de uso, circulação e apropriação. Em diversos relatos de campo, a fronteira aparece como condição de possibilidade de sobrevivência econômica, mas também como espaço de instabilidade, medo e insegurança, especialmente diante de fiscalizações, apreensões de mercadorias e deslocamentos compulsórios promovidos por agentes institucionais. Nesse sentido, o território social do trabalho ambulante deve ser compreendido como uma espacialidade atravessada simultaneamente por vulnerabilidade e resistência, produzidas de forma indissociável nas práticas cotidianas. Conforme Haesbaert (2017) e Telles (2007), trata-se de populações que, ao acionar estratégias de contornamento de fronteiras diversas, resistem a constrangimentos impostos pela ordem territorial hegemônica. A resistência, nesse caso, não se apresenta como ruptura absoluta, mas como negociação contínua com as estruturas de controle.

Nessa perspectiva, tais práticas não se restringem à dimensão econômica da sobrevivência, mas envolvem também a produção de relações sociais, afetivas e simbólicas no espaço urbano. As interações entre ambulantes, consumidores e demais atores urbanos produzem formas específicas de sociabilidade, marcadas por solidariedades, conflitos e negociações cotidianas que constituem a própria vida urbana transfronteiriça.

Ao mesmo tempo, os relatos de campo revelam a existência de redes de solidariedade e cooperação entre os próprios trabalhadores ambulantes. Em Puerto Iguazú, Vilma (argentina, 43 anos, vendedora de artesanato na Feirinha e vias de Puerto Iguazú/AR) relata a comercialização de peças produzidas com cristais extraídos em Wanda, município da Província de Misiones, na Argentina, situado a cerca de 50 km de Puerto Iguazú e reconhecido pelas jazidas de pedras semipreciosas. Segundo ela, os ambulantes costumam auxiliar uns aos outros nas vendas, na realização de trocas monetárias e no compartilhamento de informações sobre o trabalho. Quando um vendedor termina de comercializar seus produtos antes dos demais, frequentemente permanece no local para ajudar os colegas. Essas

práticas revelam formas de sociabilidade construídas a partir da experiência compartilhada da informalidade, fortalecendo vínculos de confiança que contribuem para a reprodução cotidiana do trabalho ambulante.

Desse modo, o território social e ambulante constitui uma forma de produção espacial que tensiona continuamente a racionalidade normativa do Estado e dos atores hegemônicos, revelando que o urbano fronteiriço é produzido por múltiplas práticas que escapam à fixidez institucional. Trata-se de um território em disputa, no qual sobrevivência, criatividade e desigualdade se articulam na produção cotidiana da vida urbana transfronteiriça. Sendo assim, essas espacialidades informais de rua podem ser compreendidas como uma contra-racionalidade espacial, na qual a produção do espaço se realiza a partir da experiência cotidiana da sobrevivência, produzindo territorialidades instáveis, híbridas e profundamente incorporadas.

Conforme Santos (2006, p. 218), trata-se do espaço banal, do acontecer solidário em que "todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar". Essa produção territorial popular, portanto, não é residual em relação ao espaço hegemônico, mas constitutiva da própria produção do urbano transfronteiriço, na medida em que articula diferentes temporalidades, racionalidades e práticas.

As situações observadas ao longo do trabalho de campo permitem avançar para além da descrição das práticas ambulantes. Mais do que evidenciar formas de sobrevivência econômica, elas revelam que a fronteira é continuamente produzida por meio de experiências corporificadas de circulação, negociação e adaptação às diferenças territoriais existentes entre os territórios nacionais em contato. A mobilização cotidiana de idiomas, moedas, mercadorias, redes de sociabilidade e conhecimentos práticos sobre os mecanismos de controle demonstra que a fronteira não atua apenas como contexto da ação social, mas como dimensão constitutiva das próprias práticas espaciais. Nesse sentido, os dados empíricos sugerem que a fronteira não pode ser compreendida exclusivamente como estrutura territorial ou dispositivo institucional, exigindo uma abordagem capaz de apreender sua dimensão vivida, sensível e incorporada.

Considerações finais

Este artigo analisou as práticas socioespaciais de trabalhadores ambulantes na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, articulando diretamente as cidades de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR), demonstrando como as corporalidades em movimento e as práticas ordinárias do

trabalho ambulante participam ativamente da produção do espaço urbano transfronteiriço. A investigação evidenciou que a fronteira não se reduz a uma linha jurídico-política estática de separação estatal, mas constitui um campo dinâmico de produção social e territorial, atravessado por assimetrias econômicas, seletividades institucionais e táticas cotidianas de sobrevivência, circulação e negociação.

A principal contribuição teórico-analítica desta releitura reside na proposição de uma chave interpretativa das "espacialidades transfronteiriças em ato". Demonstrou-se que a produção do urbano na fronteira envolve a tensão entre duas dimensões analíticas: o território da norma, pautado por dispositivos estatais de fiscalização, controle e ordenamento seletivo dos fluxos; e o território social e ambulante, tecido por redes de solidariedade, mobilidades estratégicas e apropriações populares dos espaços públicos. A análise revelou que o corpo do trabalhador ambulante opera como a escala microgeográfica central dessa dinâmica, na qual marcadores interseccionais de classe, raça, gênero, idade e nacionalidade participam da produção desigual das vulnerabilidades e das possibilidades de circulação, permanência e negociação.

Do ponto de vista metodológico e empírico, assumem-se rigorosamente as limitações do estudo. O corpus qualitativo fundamentou-se em 15 entrevistas semiestruturadas, das quais foram selecionadas intencionalmente 8 narrativas centrais, considerando diferentes trajetórias, nacionalidades, práticas de trabalho e situações de mobilidade transfronteiriça. Além disso, o trabalho de campo foi realizado entre 2015 e 2019. Embora os indicadores estatísticos oficiais da CEPAL (2025) e do INE (2025) sirvam como pano de fundo macroestrutural para situar a informalidade nos mercados de trabalho dos países envolvidos, com evidências temporais mais detalhadas para o Paraguai, as inferências empíricas de campo referem-se ao horizonte temporal investigado.

Diante dessas delimitações, aponta-se uma agenda para pesquisas futuras. No plano acadêmico, podem ser aprofundadas três frentes: (a) os efeitos das novas tecnologias de circulação, pagamento e controle sobre as mobilidades e as táticas do trabalho ambulante transfronteiriço; (b) a dimensão de gênero e as redes de cuidado que sustentam a reprodução social entre trabalhadores ambulantes na fronteira; e (c) estudos comparativos com outras configurações fronteiriças sul-americanas, examinando como diferentes regimes regulatórios, condições econômicas e formas de mobilidade produzem territorialidades do trabalho informal.

Por fim, no âmbito das políticas públicas e do planejamento urbano, os achados evidenciam os limites e os efeitos excludentes de abordagens estritamente repressivas do território da norma, que tratam o trabalho ambulante predominantemente pela via do controle e da fiscalização. Os achados apontam para a

necessidade de discutir formas de regulação transfronteiriça pactuadas entre os municípios de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú e os órgãos aduaneiros dos três países. Essas formas de regulação devem ser pautadas na garantia do trabalho decente, na mediação pactuada dos usos do espaço público e no reconhecimento dos direitos humanos e da proteção social dos trabalhadores ambulantes transfronteiriços, assegurando que a gestão do espaço urbano seja planejada com – e para – os sujeitos que cotidianamente o produzem e dele dependem para viver.

Agradecimentos

Agradecemos à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD (PPGG-UFGD), pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras:** os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANEDA, Elisa; RUELAS, Ignacio; GÁLVEZ, Tomás. **Recent experiences in implementing integrated national financing frameworks for Latin American and Caribbean countries**. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARDIN, Eric Gustavo. Volta para o lugar de onde veio! O lugar da xenofobia e a demarcação social. **Revista GeoPantanal**, v. 17, n. 32, p. 26-43, 2022. DOI: https://doi.org/10.55028/geopantanal.v17i32.15830.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs**: transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Ideograf, 2016.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 51-66.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOETTERT, Jones Dari. A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade (considerações iniciais). **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, p. 56-71, 2011. DOI: https://doi.org/10.48075/geoq.v4i2.5595.

GOETTERT, Jones Dari. Mobilidades/Imobilidades na fronteira: trabalhadores, camponeses e indígenas entre Brasil e Paraguai. *In*: PAES, Maria Tereza Duarte; SILVA, Joseli Maria; MATIAS, Lindon Fonseca (org.). **Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais**. Dourados: Ed. UFGD, 2013. p. 207-236.

GOETTERT, Jones Dari. **Fronteiras**: quando o "paraíso" e o "inferno" moram ao lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). Dourados: Ed. UFGD, 2017.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 79-108.

HAESBAERT, Rogério. Multi/transterritorialidade e "contornamento": do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. *In*: FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e fronteiras**: (re)arranjos e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2017. p. 19-36.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Censo Nacional de Población y Viviendas 2022**: Resultados finales por distritos. Fernando de la Mora: INE, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Indicador 8.3.1 CO**: Proporción de población de 15 y más años de edad ocupada en la ocupación principal en el empleo informal no agrícola. Fernando de la Mora: INE, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022**: Resultados definitivos por provincia y departamento - Misiones. Buenos Aires: INDEC, 2022.

INSTITUTO PROVINCIAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (IPEC). **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022**: Población y viviendas por municipio de la Provincia de Misiones. Posadas: IPEC Misiones / INDEC, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 9-30.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. *In*: BALBIM, Renato *et al*. (org.). **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília, DF: IPEA: ITDP, 2016. p. 205-222.

RODRIGUES, Luiz Felipe. **"Olha o alho!" A cidade de fronteira nos passos do sujeito**. 2016. 137 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RODRIGUES, Luiz Felipe. **Alho, patrona? Cartografias da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguay entre gentes ambulantes**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In*: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; HENDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da (org.). **Plurilocalidades dos sujeitos**: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56-75.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. *In*: **Terra Limitanea**: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS/CNPq/UFRJ, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra: tecendo as tramas da cidade. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 195-218.

XAVIER, Marcos. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p506.